



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2012

EDITAL

(Processo PD nº 001.005/11-1)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado pela Portaria do Presidente nº 3, de 2012, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450/2005, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, dos Atos da Comissão Diretora nºs 24/1998 e 10/2010 e, tendo em vista o que consta do Processo **PD nº 001.005/11-1** a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO (itens 1 a 21) e MENOR PREÇO POR ITEM (item 22)**, destinada à **aquisição de materiais para instalação, movimentação e manutenção de pontos da Rede Local do Senado Federal**.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico **COMPRASNET**.

DATA: 28/06/2012

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 9:30hs.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no site **www.comprasnet.gov.br**.

CAPÍTULO I – DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem por objeto a aquisição de materiais para instalação, movimentação e manutenção de pontos da Rede Local do Senado Federal, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e/ou CATSER e as constantes deste edital prevalecerão às últimas.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do site www.comprasnet.gov.br.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 – Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, consórcios de empresas ou empresas que, por qualquer motivo, estejam punidas com a suspensão do direito de licitar ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital, bem como as pessoas elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993, além das empresas que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação.

CAPÍTULO III – DA PROPOSTA

3.1 – A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário, marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **os preços unitário total do item e total por grupo (itens 1 a 21) e preço total do item (item 22), e o valor total da proposta**, expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

3.2.1 – O arredondamento de valores e preços da presente licitação rege-se da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010:

- a) para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais.



SENADO FEDERAL

b) quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na letra ‘a’ for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

3.3 – A licitante deverá ainda especificar, nos campos apropriados do sistema eletrônico, o fabricante, a marca e demais referências que identifiquem o produto cotado, vedada a cotação de opção.

3.3.1 – O SENADO poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros materiais de divulgação que facilitem a análise dos produtos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

3.3.2 – A apresentação dos materiais a que se refere o subitem 3.3.1 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas pelo SENADO.

3.4 – No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, deverão ser prestados todos os demais esclarecimentos necessários ao perfeito detalhamento do objeto.

3.4.1 – **Prazo de entrega** de, no máximo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato.

3.4.2 – **Prazo de garantia** de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto.

3.5 – A omissão dos prazos fixados no subitem anterior, implica na aceitação dos prazos indicados neste edital.

3.6 – Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação, que deixarem de cotar quaisquer dos itens do grupo ou as que desatendam às exigências deste edital.

3.7 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

3.8 – A licitante que se enquadre na definição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar em campo próprio do sistema.

3.9 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.



SENADO FEDERAL

3.10 - As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

3.10.1 – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

3.10.2 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

3.11 – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.11.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.12 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO IV – DA SESSÃO PÚBLICA

4.1 – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no site www.comprasnet.gov.br.

4.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

4.3 – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no site www.comprasnet.gov.br.

CAPÍTULO V - DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

5.2 – Somente as licitantes com propostas apresentadas classificadas participarão da fase dos lances.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.2 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4 – Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

6.5 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.6 – Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexeqüível.

6.7 – O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta minutos), aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS

7.1 – Havendo participação de microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas na sessão de lances, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.1.1 – Encerrada a fase de ofertas de lances, caso a melhor proposta não tenha sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e houver proposta apresentada por alguma(s) dessas pessoas jurídicas, com valor até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa será convocada a apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação;



SENADO FEDERAL

b) não sendo vencedora a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.1.2 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

8.1 – Os critérios de julgamento adotados serão o **de menor preço por grupo (itens 1 a 21) e menor preço por item (item 22).**

CAPÍTULO IX - DA NEGOCIAÇÃO

9.1 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

CAPÍTULO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 – O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o reenvio de sua proposta de preço devidamente adequada ao último lance via fac-símile, para o número (61) 3303-1068, ou para o endereço eletrônico **copeli@senado.gov.br**, cujo prazo máximo para atendimento será de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação.

10.1.1 – A proposta de preços deverá ser formatada conforme modelo constante do Anexo 4, e estar acompanhada do instrumento de outorga de poderes ao representante legal da empresa que assinará o contrato.

10.1.2 – Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, à **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N-2, Bloco de Apoio II, Brasília-DF, CEP 70.165-900**.



SENADO FEDERAL

10.1.3 – A licitante detentora da proposta mais bem classificada que deixar de atender à solicitação prevista neste Capítulo será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.2 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo 01), bem como sua adequação às especificações técnicas do objeto.

10.2.1 – O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta.

10.2.2 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.2.3 – Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

CAPÍTULO XI – DA AMOSTRA

11.1 – O Pregoeiro poderá solicitar à primeira classificada, sob pena de desclassificação, amostra dos produtos ofertados, a ser entregue no prazo máximo e improrrogável de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da suspensão deste certame, para avaliação técnica de compatibilidade e adequação às especificações do objeto licitado, que será realizada em sessão pública previamente designada.

11.2 - As amostras deverão ser entregues devidamente identificadas, em quantidade suficiente para os testes de qualidade, no Serviço de Manutenção da Infra-Estrutura Predial - SIEP/SSITE, da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN, **situado na via N2, Anexo “C” do Senado Federal, em Brasília-DF, CEP 70.168-900.**

11.3 - Caso as amostras da melhor proposta sejam reprovadas, será convocada para apresentação de amostras a autora da segunda melhor proposta e, assim, sucessivamente.

11.4 - As amostras aprovadas permanecerão em poder do SENADO até a entrega definitiva do objeto licitado, com vistas à avaliação da conformidade entre a amostra aprovada e o material efetivamente entregue.

11.5 - As amostras fornecidas serão passíveis de destruição parcial ou total e não serão devolvidas, tampouco subtraídas quando da entrega do objeto.

11.6 - Vencido o prazo de entrega das amostras, não será permitido fazer ajustes ou modificações no produto apresentado para fins de adequá-lo à especificação constante deste edital.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XII – DA HABILITAÇÃO

12.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, do **Nível I ao Nível IV** do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação complementar especificada neste edital.

12.2 – As licitantes que não atenderem às exigências do Cadastro de Pessoa Jurídica, do **Nível I ao Nível IV**, do SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

12.3 – As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

12.3.1 – CAPACIDADE TÉCNICA:

- a.** **Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante **já forneceu**, a contento, objeto em quantidade compatível com a da presente licitação;
- b.** **Atestado de Vistoria ou Declaração de Dispensa de Vistoria**, conforme previsto no Capítulo III.

12.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a.** Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo SICAF, for igual ou inferior a 1 (um).
- b.** Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

12.3.3 – REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

12.3.4 – OUTROS DOCUMENTOS:

- a.** A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:
 - a.1.** Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;



SENADO FEDERAL

a.2. Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993;

a.3. Declaração de Proposta Independente (DPI).

12.4 – Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número (61) 3303-1068, ou para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br no prazo de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação do Pregoeiro.

12.4.1 – Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, à **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N-2, Bloco de Apoio II, Brasília-DF, CEP 70.165-900**.

12.5 – Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição do CNPJ.

12.6 – Caso a licitante tenha mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativamente a apenas um deles, com mesmo CNPJ.

12.6.1 – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.7 – O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo pregoeiro.

12.8 – As microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.8.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

12.8.2 – A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



SENADO FEDERAL

12.9 – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

12.9.1 – Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

CAPÍTULO XIII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

13.1 – Se a proposta não for aceitável, se a amostra for rejeitada ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

13.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIV – DO RECURSO

14.1 – Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

14.1.1 – A falta de manifestação motivada no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

14.1.2 – O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

14.1.3 – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

14.1.4 – Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante.

14.2 – Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contra-razões de recurso, à licitante interessada será assegurada vista imediata dos elementos necessários à defesa de seus interesses.



SENADO FEDERAL

14.3 – Admitido o recurso, caso o pregoeiro mantenha a sua decisão, será o mesmo apreciado pela autoridade competente.

14.4 – Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao Senhor Diretor-Geral Adjunto, nos termos do art. 10 do Regulamento de Compras e Contratações do SENADO aprovado pelo Ato nº 10/2010 da Comissão Diretora c/c o art. 4.º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

14.5 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Diretor-Geral Adjunto do Senado Federal.

15.2 – A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

15.3 – O objeto deste Pregão será adjudicado **pelo menor preço por grupo (itens 1 a 21), e pelo menor preço por item (item 22)**, à vencedora do certame.

CAPÍTULO XVI – DA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1 – Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

16.1.1 – O não comparecimento da licitante no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a convocar outra licitante para assumir o objeto da licitação e, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, assinar o respectivo contrato, obedecida a ordem de classificação.

16.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

CAPÍTULO XVII – DAS PENALIDADES

17.1 – A licitante que, convocada para assinar o contrato, no prazo estabelecido no item 16.1, ficará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, caso se recuse ao cumprimento desse procedimento nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.



SENADO FEDERAL

17.2 – As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 16.1.1, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 17.1.

17.3 – Se a licitante e/ou contratada deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, fraudar o processo licitatório, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

17.3.1 – No caso de entrega ou apresentação de documentação falsa exigida para o certame, não manutenção da proposta, fraude na execução do contrato, comportamento inidôneo ou de cometimento de fraude fiscal, ficará a contratada ou licitante, conforme o caso, sujeita à aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre:

- a) o valor total do ajuste, se contratada; e
- b) o valor total de sua proposta, se licitante.

17.4 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

18.1 – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br.

18.2 – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

18.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.4 – Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br.

18.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XIX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

19.2 – Integram este edital os seguintes anexos:

- **Anexo 01** – Termo de Referência;
- **Anexo 02** – Especificações Técnicas;
- **Anexo 03** – Minuta de Contrato;
- **Anexo 04** – Modelo de Apresentação de Proposta.

19.3 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos pelo Pregoeiro.

19.4 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

19.5 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

19.6 – As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste edital.

19.7 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XXI – DO FORO

19.1 – Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 13 de junho de 2012.

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2012

(Processo PD nº 001.005/11-1)

ANEXO 01

TERMO DE REFERÊNCIA		
OBJETO	Aquisição de materiais para instalação, movimentação e manutenção de pontos da Rede Local do Senado Federal.	
QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Conforme Especificações Técnicas (Anexo 02).	
JUSTIFICATIVA	<p>Devido à constante expansão da Rede Local e às reformas rotineiras em todo o ambiente do SENADO, os materiais a serem adquiridos atenderão a uma demanda diária por instalações, retirada, remanejamentos e manutenções de pontos de rede, em todo o complexo predial do Senado Federal e residências dos Senhores Senadores, localizadas nos Blocos “C”, “G” e “D” da Superquadra 309 Sul e Residência Oficial do Presidente da Casa, por tratar-se de expansão da rede.</p> <p>OBS: Por questão de compatibilidade e garantia de funcionamento, todos os itens do Grupo IV deverão ser do mesmo fabricante.</p>	
VALORES ESTIMADOS DA AQUISIÇÃO (itens 1 a 21)	GRUPO I – Total: R\$ 347.817,00 Item 1: R\$ 248.331,00 Item 2: R\$ 27.750,00 Item 3: R\$ 24.300,00 Item 4: R\$ 1.200,00 Item 5: R\$ 21.360,00 Item 6: R\$ 11.550,00 Item 7: R\$ 13.326,00	GRUPO II: Total: R\$ 15.839,13 Item 8: R\$ 508,80 Item 9: R\$ 3.764,64 Item 10: R\$ 3.652,62 Item 11: R\$ 4.083,09 Item 12: R\$ 3.829,98
	GRUPO III – Total: R\$ 10.019,70 Item 13: R\$ 1.886,40 Item 14: R\$ 1.204,74 Item 15: R\$ 1.679,04 Item 16: R\$ 2.266,20 Item 17: R\$ 1.306,80 Item 18: R\$ 1.676,52	GRUPO IV: Total: R\$ 11.060,85 Item 19: R\$ 8.880,00 Item 20: R\$ 977,76 Item 21: R\$ 1.203,09



SENADO FEDERAL

VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO (Item 22)	ITEM 22: R\$ 4.012,50
TOTAL GERAL ESTIMADO	R\$ 388.749,18 (trezentos e oitenta e oito mil setecentos e quarenta e nove reais e dezoito centavos).
PRAZO DE ENTREGA	Até 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do contrato.
PRAZO DE GARANTIA	De, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar do Termo de Recebimento Definitivo emitido pelo SENADO.
ADJUDICAÇÃO	Menor preço por grupo (itens 1 a 21) e menor preço por item (item 22).
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Natureza da despesa: 339030 Programa de trabalho: 037636
LOCAL DE ENTREGA	Almoxarifado do PRODASEN, situado à Via N2, Anexo 'C' do Senado Federal, em Brasília/DF.
FISCALIZAÇÃO	Conforme Cláusula Décima (minuta do contrato).

Brasília, 13 de junho de 2012.

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2012

(Processo nº 001.005/11-1)

ANEXO 02

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

GRUPO I			
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO
1	107.970	Metro	CABO DE DADOS TIPO UTP CATEGORIA 6 <u>CATMAT: 367123</u> - Cabo de dados tipo UTP, 4 pares trançados de fios sólidos 24 AWG, capa em PVC não propagante à chamas, na cor azul, UL/NEC CMR, categoria 6, aprovado para <i>Gigabit Ethernet</i> . O cabo deverá ser exclusivamente de configuração geométrica circular. O cabo deverá ser fornecido em caixas contendo 305 (trezentos e cinco) metros cada e deverá ser da marca AMP, <i>Part Number</i> 1599894-6.
2	75	Peça	PAINEL DE DISTRIBUIÇÃO PADRÃO RJ45, 24 PORTAS, CATEGORIA 6 <u>CATMAT: 21490</u> - painel para acomodar acopladores de dados padrão RJ45 de 24 (vinte e quatro) posições, gerenciável, com acopladores montáveis com ferramenta tipo <i>punch down</i> e/ou ferramenta SL. O patch panel deve ser o da linha SL AMP da AMP, categoria 6, <i>Part Number</i> 1375014-1.
3	1800	Peça	TOMADA PADRÃO RJ45 Fêmea, SL. <u>CATMAT: 235494</u> - É composto de um <i>Jack</i> de tomada RJ45 fêmea (<i>keystone</i>), sendo os acopladores montáveis com ferramenta tipo <i>punch down</i> e/ou SL. Deverão ser da marca AMP, Categoria 6, aprovado para <i>Gigabit Ethernet</i> , cor preta, <i>Part Number</i> 1375055-2.
4	500	Peça	CONECTOR PADRÃO RJ45 MACHO <u>CATMAT: 375963</u> - É um conector, tipo RJ45 “macho”, de 08 (oito) posições, não blindado e permite conectorização no campo para fios sólidos. Deverão ser da marca AMP, <i>Part Number</i> 5-569278-3.



SENADO FEDERAL

5	2.000	Peça	<p>CABO DE PASSAGEM DE 2,4 METROS. <u>CATMAT: 319745</u></p> <p>É um cabo de passagem (<i>patch Cord</i>) de 2,4 (dois metros e quarenta centímetros) utilizados no <i>rack</i> de telecomunicações e na estação de trabalho. O cabo deve ser montado e testado em fábrica pelo fabricante do sistema de cabeamento, deve possuir uma capa metálica que prende o cabo ao conector e sobre esta protetores (boots) para evitar desconexões acidentais, Categoria 6, 4 pares condutores multifilares 24 AWG, cor azul, marca AMP, <i>Part Number</i> 1933118-8.</p>
6	300	Peça	<p>CABO DE PASSAGEM DE 6 METROS. <u>CATMAT: 319745</u></p> <p>É um cabo de passagem (<i>patch Cord</i>) de 6 (seis metros), utilizados no <i>rack</i> de telecomunicações e na estação de trabalho. O cabo deve ser montado e testado em fábrica pelo fabricante do sistema de cabeamento, deve possuir uma capa metálica que prende o cabo ao conector e sobre esta, protetores (boots) para evitar desconexões acidentais, Categoria 6, 4 pares, condutores multifilares 24 AWG, cor azul, marca AMP, <i>Part Number</i> 2-1933118-0.</p>
7	200	Peça	<p>CABO DE PASSAGEM DE 12 METROS. <u>CATMAT: 319745</u></p> <p>É um cabo de passagem (<i>patch Cord</i>) de 12 (doze metros), utilizados no <i>rack</i> de telecomunicações e na estação de trabalho. O cabo deve ser montado e testado em fábrica pelo fabricante do sistema de cabeamento, deve possuir uma capa metálica que prende o cabo ao conector e sobre esta, protetores (boots) para evitar desconexões acidentais, Categoria 6, 4 pares, condutores multifilares 24 AWG, cor azul, marca AMP, <i>Part Number</i> 4-1933118-0.</p>



SENADO FEDERAL

GRUPO II			
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO
8	04	Peça	<p>PAINEL DE DISTRIBUIÇÃO PARA 3 CASSETES MPO. <u>CATMAT: 12912</u></p> <p>É um painel para acomodar até 3 cassetes padrão MPO, composto de 12 conectores ópticos cada. O painel deve ser da marca AMP, Part Number 1777125-1.</p>
9	06	Peça	<p>CASSETE MPO LC 12 FO MULTIMODO 50/125. <u>CATMAT: 4200</u></p> <p>É um cassete contendo, na parte frontal, 12 conectores ópticos padrão LC, para fibras ópticas multimodo 50/125, e conector padrão MPO de 12 fibras ópticas multimodo 50/125 na parte traseira. O cassete deve ser da marca AMP, Part Number 1918783-1.</p>
10	06	Peça	<p>Cassete MPO LC 12 FO MONOMODO. <u>CATMAT: 4200</u></p> <p>É um cassete contendo, na parte frontal, 12 conectores ópticos padrão LC, para fibras ópticas monomodo, e conector padrão MPO de 12 fibras ópticas monomodo na parte traseira. O cassete deve ser da marca AMP, Part Number 1938056-1.</p>
11	03	Peça	<p>Cabo MPO x MPO 40 metros 12 FO MULTIMODO 50/125 <u>CATMAT: 129763</u></p> <p>É um cabo óptico composto por 12 fibras ópticas MULTIMODO 50/125, com conectores do tipo mpo 12 fo montados nas duas extremidades. o cabo deve ter 40 metros de comprimento e deve ser da marca AMP, Part Number 1-1907404-3.</p>
12	03	Peça	<p>Cabo MPO x MPO 40 metros 12 FO MONOMODO. <u>CATMAT: 129763</u></p> <p>É um cabo óptico composto por 12 fibras ópticas monomodo, com conectores do tipo MPO 12 FO montados nas duas extremidades. O cabo deve ter 40 metros de comprimento e deve ser da marca AMP, Part Number 1-6435070-3.</p>



SENADO FEDERAL

GRUPO III			
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO
13	36	Peça	CORDÃO ÓPTICO LC/LC DUPLEX MULTIMODO 50/125 10G 5 METROS. <u>CATMAT: 374363</u> É um cordão óptico duplex, multimodo 50/125, com conectores do tipo LC montados nas duas extremidades. O cabo deve ter 5 (cinco) metros de comprimento e deve ser da marca AMP, Part Number 6536969-5.
14	18	Peça	CORDÃO ÓPTICO LC/LC DUPLEX MULTIMODO 50/125 10G 10 METROS. <u>CATMAT: 374363</u> É um cordão óptico duplex, multimodo 50/125, com conectores do tipo LC montados nas duas extremidades. O cabo deve ter 10 (dez) metros de comprimento e deve ser da marca AMP, Part Number 1-6536969-0.
15	18	Peça	CORDÃO ÓPTICO LC/LC DUPLEX MULTIMODO 50/125 10G 20 METROS. É um cordão óptico duplex, multimodo 50/125, com conectores do tipo LC montados nas duas extremidades. O cabo deve ter 20 (vinte) metros de comprimento e deve ser da marca AMP, Part Number 2-6536969-0.
16	36	Peça	CORDÃO ÓPTICO LC/LC DUPLEX MONOMODO 10G 5 METROS. <u>CATMAT: 374363</u> É um cordão óptico duplex, monomodo, com conectores do tipo LC montados nas duas extremidades. O cabo deve ter 5 (cinco) metros de comprimento e deve ser da marca AMP, Part Number 6536501-5.
17	18	Peça	CORDÃO ÓPTICO LC/LC DUPLEX MONOMODO 10G 10 METROS. <u>CATMAT: 374363</u> É um cordão óptico duplex, monomodo, com conectores do tipo LC montados nas duas extremidades. O cabo deve ter 10 (dez) metros de comprimento e deve ser da marca AMP, Part Number 1-6536501-0.



SENADO FEDERAL

18	18	Peça	CORDÃO ÓPTICO LC/LC DUPLEX MONOMODO 10G 20 METROS. <u>CATMAT: 374363</u> É um cordão óptico duplex, monomodo, com conectores do tipo LC montados nas duas extremidades. O cabo deve ter 20 (vinte) metros de comprimento e deve ser da marca AMP, Part Number 2-6536501-0.
GRUPO IV			
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO
19	2.000	Metro	CABO ÓPTICO MONOMODO 12FO USO EXTERNO. <u>CATMAT: 129763</u> Cabo óptico para uso externo, monomodo, contendo 12 fibras ópticas (12FO), com armadura corrugada em aço para proteção das fibras contra roedores.
20	72	Peça	CONECTOR ÓPTICO DO TIPO PIGTAIL, PADRÃO LC. <u>CATMAT: 354402</u> Conector óptico do tipo pigtail, LC, monomodo, simplex, com cordão óptico de no mínimo 1,0 metro. Por questões de compatibilidade e garantia de funcionamento.
21	03	Peça	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO (DIO), COM BANDEJA DE EMENDA. <u>CATMAT: 125563</u> Distribuidor Interno Óptico (DIO), com capacidade para 12 (doze) fibras ópticas (12FO), com acopladores ópticos tipo LC, do tipo para instalação em rack padrão 19 polegadas. Este DIO deverá ser fornecido com todos os acessórios de instalação. Por questões de compatibilidade e garantia de funcionamento.

OBSERVAÇÃO: POR QUESTÃO DE COMPATIBILIDADE E GARANTIA DE FUNCIONAMENTO, TODOS OS ITENS DO GRUPO IV DEVERÃO SER DO MESMO FABRICANTE.



SENADO FEDERAL

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO
22	10	Peça	CONVERSOR DE MÍDIA 1000 BASE-T PARA 1000 BASE-SX. <u>CATMAT: 120022</u> Conversor de mídia Gigabit Ethernet, deve efetuar a conversão dos padrões Ethernet 10/100/1000 Base-T para 10/100/1000 Base-SX e vice-versa. A interface de cobre deverá ser através de porta RJ45. A Interface óptica deverá ser através de conectores SC, para fibra óptica multimodo 62,5 / 125 micrometros. Deverá ser fornecido com fonte de alimentação em 220 Volts.

OBSERVAÇÃO:

➤ Os materiais deverão ser compatíveis com as Normas Técnicas abaixo relacionadas:

- 1) NBR 14565:2007 – Cabeamento de telecomunicações para edifícios comerciais
- 2) ISO/IEC 11801 Information technology – Generic cabling for customer premises
- 3) ANSI/TIA/EIA-568B. Commercial Building Telecommunications Cabling Standard.
- 4) ANSI/EIA/TIA-569A Commercial Building Standard for Telecommunications Pathways and Spaces.
- 5) ANSI/TIA/EIA-607 Commercial Building Grounding and Bonding Requirements for Telecommunications.
- 6) National Fire Protection Agency (NFPA) - 70, National Electrical Code (NEC).

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2012

ANEXO 03

(Processo PD nº 001.005/11-1)

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2012

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, _____, objetivando a contratação **aquisição de materiais para instalação, movimentação e manutenção de pontos da Rede Local do Senado Federal.**

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e _____, com sede na _____, fax nº (____) _____ e (____) ____-____, telefone nº (____) _____ e _____, CNPJ-MF nº _____ /____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, CI. _____, expedida pela _____, CPF nº _____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº 095/2012, homologado pela Senhora Diretora-Geral _____, às fls. ____ do **Processo nº 001.005/11-1**, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, fls. _____, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dos Atos nºs 24/1998 e 10/2010, ambos da Comissão Diretora do SENADO, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **aquisição de materiais para instalação, movimentação e manutenção de pontos da Rede Local do Senado Federal**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II** - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III** - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- IV** - manter preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário.
- V** – executar, às suas expensas, todo e qualquer serviço necessário à completa e perfeita execução do objeto deste contrato;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do Senado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO QUARTO – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA fornecerá o objeto deste contrato, no prazo de **até 60 (sessenta) dias**, a contar da assinatura do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA fornecerá o(s) produto(s) conforme a(s) marca(s) e especificação (ões) discriminada(s) em sua proposta.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O prazo de garantia dos materiais será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO TERCEIRO – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos ou serviços considerados inadequados pelo gestor.

PARÁGRAFO QUARTO – Caberá a CONTRATADA o recolhimento de materiais por ela fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto do contrato será recebido:

I - provisoriamente, pelo órgão recebedor do objeto, para posterior verificação da conformidade com as especificações; e

II. - definitivamente, pelo órgão técnico do SENADO, recebedor do objeto, ou comissão designada pela Diretora-Geral, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades e especificações do objeto, uma vez verificado o atendimento da quantidade e das especificações constante do edital, conforme atestado pelo gestor.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores conforme proposta da CONTRATADA de fls. ____, não sendo permitida, em nenhuma hipótese, a antecipação de pagamentos.

GRUPO I					
ITEM	QUANT	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	107.970	Metro	Cabo de Dados tipo utp categoria 6		
2	75	Peça	Painel de Distribuição Padrão RJ45, 24 Portas, categoria 6		
3	1800	Peça	Tomada Padrão RJ45 Fêmea, SL categoria 6.		
4	500	Peça	Conector Padrão RJ45 macho.		
5	2.000	Peça	Cabo de Passagem de 2,4 Metros, categoria 6.		
6	300	Peça	Cabo de Passagem de 6 metros, categoria 6.		
7	200	Pç	Cabo de Passagem de 12 metros, categoria 6.		



SENADO FEDERAL

GRUPO 2					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	04	Peça	Painel de Distribuição para 3 cassetes MPO.		
9	06	Peça	Cassete MPO LC 12 FO Multimodo 50/125.		
10	06	Peça	Cassete MPO LC 12 FO Monomodo.		
11	03	Peça	Cabo MPO x MPO 40 metros 12 FO Multimodo 50/125.		
12	03	Peça	Cabo MPO x MPO 40 metros 12 FO Monomodo.		
GRUPO III					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	36	Peça	CORDÃO ÓPTICO LC/LC DUPLEX MULTIMODO 50/125 10G 5 METROS.		
14	18	Peça	Cordão óptico LC/LC duplex Multimodo 50/125 10G 10 metros.		
15	18	Peça	Cordão óptico LC/LC duplex Multimodo 50/125 10G 20 metros.		
16	36	Peça	Cordão óptico LC/LC duplex Monomodo 10G 5 metros.		
17	18	Peça	CORDÃO ÓPTICO LC/LC DUPLEX MONOMODO 10G 10 METROS.		
18	18	Peça	Cordão óptico LC/LC duplex Monomodo 10G 20 metros.		
GRUPO IV					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
19	2.000	Metro	CABO ÓPTICO MONOMODO 12FO USO EXTERNO.		
20	72	Peça	Conector Óptico do tipo pigtail, padrão Lc.		



SENADO FEDERAL

21	03	Peça	Distribuidor Interno Óptico (dio), com bandeja de emenda.		
----	----	------	---	--	--

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
22	10	Peça	CONVERSOR DE MÍDIA 1000 BASE-T PARA 1000 BASE-SX.		

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor global do presente instrumento é de R\$ _____ (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O preço fixado nesta cláusula compreende todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA no prazo de **9 (nove) dias úteis**, ressalvada a hipótese prevista no § 3º, do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, a contar do recebimento definitivo do objeto, condicionado à apresentação do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do objeto, acompanhada do original da nota de empenho, da ordem de fornecimento, bem como do termo circunstanciado do recebimento definitivo emitido previamente pelo gestor, não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos.

PARÁGRAFO QUARTO - O pagamento ficará condicionado à apresentação da garantia prevista na cláusula nona e à entrega dos comprovantes atualizados de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO QUINTO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo segundo desta cláusula será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:



SENADO FEDERAL

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

O preço será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 037636 e Natureza de Despesa 33.90.30, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº _____, de _____ de _____ de 2012.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia de R\$ _____ (_____), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/1993, em uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA tem o prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir da data da assinatura deste contrato, para efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – No caso de vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da ocorrência do fato, para renová-la ou complementá-la.

PARÁGRAFO QUARTO – Nas hipóteses de a garantia ser prestada nas formas previstas nos incisos II e III, não se admitirá que os respectivos documentos contenham qualquer termo ou condição que limitem ou frustrem a plena execução do valor da garantia ofertada.

PARÁGRAFO QUINTO – A garantia será liberada após a execução plena deste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, de acordo com a legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral, promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I. advertência;

II. multa;

III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o SENADO e seus órgãos supervisionados por prazo de até 2 (dois) anos;

IV – impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

V. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo das sanções aplicadas com base nos incisos anteriores III e IV.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V do *caput* desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

- I** - apresentar documentação falsa;
- II** – fraudar na execução do contrato;
- III** – comportar-se de modo inidôneo;
- IV** – fazer declaração falsa;
- V** – cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O atraso injustificado na execução deste contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO QUARTO – A não apresentação da garantia contratual prevista na cláusula nona sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO QUINTO – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos parágrafos terceiro e quarto, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO SEXTO – Findo o prazo limite previsto no parágrafo terceiro, sem adimplemento da obrigação, aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida deste contrato, podendo ainda o SENADO, a seu critério, fazer uso da garantia prestada pela empresa e impor outras sanções legais cabíveis.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, no caso deste contrato vir a ser rescindido por culpa exclusiva da CONTRATADA, será aplicada multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

PARÁGRAFO OITAVO – A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou, se insuficiente, da garantia prestada na forma da cláusula oitava deste contrato.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO NONO – O valor remanescente da multa não quitada totalmente deverá ser recolhido à conta do SENADO ou, em último caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

I - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou

II - judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO – Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Este contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme previsto no inciso II da Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.



SENADO FEDERAL

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, de de 2012.

**DIRETORA-GERAL
SENADO FEDERAL**

Representante da Contratada

RG n.º _____

CPF n.º _____

TESTEMUNHAS:

DIRETOR

DIRETOR



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2012

ANEXO 04

(Processo PD nº 001.005/11-1)

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo, à Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Capítulo X - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____					
Data de abertura:					
Nome da empresa:					
CNPJ:					
Endereço:					
CEP:					
Telefone: (DDD)					
Fax: (DDD)					
e-mail:					
Nome (do Representante legal da empresa que irá assinar o contrato)					
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)					
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)					
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)					
GRUPO					
ITE M	QUANT .	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unitário	Valor Total



SENADO FEDERAL

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO:

a) A licitante deverá informar os preços por item, total do item, e por grupo e total da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

b) O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

c) Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos, e, caso o somatório ultrapasse duas casas decimais deverão os valores ser arredondados da seguinte forma: quando a casa decimal imediatamente posterior às duas casas decimais dos centavos for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada, **observando-se que o valor apresentado no lance final deverá ser de qualquer maneira preservado, procedendo-se os arredondamentos, quando necessários, nos valores parciais e/ou dos individuais dos itens.**

d) A proposta de preços deverá estar datada e assinada.